



Agosto Verde e Amarelo

10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré-sal para Educação!

A alvorada deste dia 31 de agosto de 2011 anunciou o fim de um mês em que os movimentos sociais estiveram de mãos dadas vivendo um novo Brasil em torno de ideias comuns. Com muita ousadia e determinação, estudantes, trabalhadores e margaridas anteciparam o colorido da primavera e trouxeram para as ruas a vontade de impulsionar um projeto de desenvolvimento nacional, com geração de empregos e qualificação, garantia dos direitos sociais e reformas democráticas.

Expressamos nossa sintonia com o espírito inquieto da juventude de todo mundo, que no último período foi às ruas reivindicar dias melhores no norte da África, na Europa e no Oriente Médio. Na América Latina estivemos juntos aos estudantes chilenos, que inspiram a juventude de todo mundo na luta pelas causas justas. Embora saibamos que vivemos realidades diferenciadas, a UNE, a UBES e a ANPG são solidárias a causa dos estudantes do Chile, por acreditar no ensino público, gratuito e de qualidade.

O “Agosto Verde e Amarelo” atingiu todas as regiões do país: nas salas de aula, nas ocupações de reitorias, no apoio à greve dos servidores das IFES e às pautas do conjunto dos movimentos sociais, nas praças e nas ruas se fez presente o poder de transformação da juventude brasileira. Todas estas mobilizações culminam nesta quarta-feira em uma grande marcha dos estudantes realizada em defesa de mais investimentos na educação e mudanças na política econômica. Colocando essas pautas na prioridade do debate nacional, com a destinação de 10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré-sal para educação, o Brasil dará um salto significativo, especialmente, na qualidade de suas escolas e universidades.

O caminho que tem sido escolhido no campo macroeconômico, entretanto, não colabora com esse horizonte de desenvolvimento e continua a seguir o manual de uma política econômica que mantém as mais altas taxas de juros do mundo. Além disso, não se pode pensar em um investimento ousado em setores estratégicos de nossa sociedade e de nossa economia com a política de superávit primário praticadas atualmente. A educação e outras áreas estratégicas não devem estar subjugadas à ortodoxia de decisões do Banco Central, impedindo o desenvolvimento.

A irreverência dos jovens que ocuparam neste Agosto Verde e Amarelo as ruas de todo o país vai garantir que a primavera dos estudantes brasileiros seja de colheitas frutíferas para a educação e para o desenvolvimento nacional. Que avancemos nas mudanças, rumo a uma nação democrática, igualitária e soberana.

É com este espírito que vimos apresentar nossa pauta de reivindicações:

1. Destinação de 10% do PIB para a educação;
2. Destinação de 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação;
3. Destinação de R\$ 85 bilhões para o orçamento da educação em 2012;
4. Mudanças na política econômica: menos juros, mais investimentos;
5. Fim do superávit primário;
6. Erradicação do analfabetismo no Brasil até 2016;
7. Reforma Agrária e atualização dos índices de produtividade da terra;
8. Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
9. Aprovação do Estatuto da Juventude;
10. Criação da Comissão da Verdade;

11. Descongelamento da contratação de professores e servidores nas Instituições Federais de Ensino Superior;
12. Garantia de verbas para finalização das obras do REUNI;
13. Federalização da FURB – Universidade Regional de Blumenau-SC;
14. Valorização da pesquisa: reajuste imediato das bolsas de mestrado e doutorado, há três anos sem aumento;
15. Ampliação das Bolsas do PIBIC;
16. Aprovação de uma nova Lei que garanta meia-entrada irrestrita para todas e todos os estudantes em eventos esportivos, culturais e afins e a confecção da Carteira de Estudante pelas entidades estudantis;
17. Meia-entrada em todos os jogos da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016;
18. Universalizar a oferta de educação infantil para a população de até 3 anos até 2020;
19. Estabelecer novo parâmetro para ampliação do ensino médio integrado ao técnico;
20. Criação de 3 milhões de novas vagas no ensino técnico público;
21. Ampliação dos IF'S contendo a estrutura de restaurantes, quadras poliesportivas e os equipamentos necessários para o ensino técnico brasileiro;
22. 01 computador por aluno no Ensino Médio;
23. Valorização dos professores e servidores: melhores salários e formação continuada;
24. Aprovação do PL 6489/2006, que regula as mensalidades das IES privadas;
25. Criação de leis específicas que regulamentem o Ensino Superior Privado, no que tange à qualidade, democracia, transparência e oferta de vagas;
26. Proibição do capital estrangeiro nas universidades privadas;
27. Destinação de R\$ 1 bilhão de reais para Assistência Estudantil no orçamento de 2012;
28. Ampliação da Bolsa-permanência para R\$500,00;
29. Constituição de um Fundo Nacional de Assistência Estudantil composto por 2% do orçamento global do MEC e 2% da arrecadação das instituições privadas de ensino superior;
30. Destinação de 15% do orçamento de cada Instituição Federal de Ensino Superior para assistência estudantil;
31. Bolsa-Permanência para estudantes do PROUNI;
32. Transformação das bolsas parciais do PROUNI em bolsas integrais e ampliação de renda de 3 salários mínimos como critério para obtenção da bolsa;
33. Construção de creches em todas as Instituições Federais de Ensino Superior do país;
34. Garantia de 1/3 de cursos noturnos nas Instituições Federais de Ensino Superior;
35. Aprovação do PL 1814/11 que garante estabilidade acadêmica aos dirigentes do movimento estudantil;
36. Apoio à aprovação do PL 73/99, que garante reserva de vagas nas IFES para estudantes de escolas públicas e ao PL 3708/01, que institui o sistema de cotas étnico-raciais;
37. Criação de um Plano de Expansão e Reestruturação para as Universidades Estaduais, a partir de edital que garanta complementação orçamentária pela União;
38. Garantia de participação dos estudantes em todas as esferas nos conselhos de gestão do Sistema (S), conforme defende a UBES;
39. Eleição direta de dirigentes da Educação Básica e do Ensino Superior;
40. Democratização da Universidade, garantindo a composição paritária dos espaços de decisão das instituições, tais como os conselhos universitários e eleição para Reitor;
41. Fim das fundações nas universidades públicas;
42. Ampliação e garantia do orçamento para o Projeto Rondon, possibilitando maior participação dos universitários;
43. Incorporação de no mínimo 25% de disciplinas de extensão no perfil curricular das graduações.

Brasília, 31 de Agosto de 2011

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS